

*Esquerda armada no Brasil: um balanço da história e da produção acadêmica recente**

VITOR AMORIM DE ANGELO
Universidade de Vila Velha

Resumo: O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre o *estado da arte* a respeito da luta revolucionária ocorrida no Brasil nos anos 1960-70. O texto está dividido em três partes. Na primeira, analisamos a relação entre a luta armada, o golpe de 1964 e a ditadura, bem como a crítica das organizações guerrilheiras à linha política do PCB. Em seguida, fazemos um breve resumo sobre o surgimento dessas organizações e sua história. Na terceira parte, apontamos as mudanças na agenda de pesquisa a respeito da esquerda armada brasileira. Na parte final, examinamos a discussão recente sobre a memória social acerca da guerrilha e as possibilidades de uso político do passado de luta contra a ditadura no presente. Ao longo deste balanço, tentamos combinar a apresentação dos trabalhos fundamentais sobre o tema com outras referências que criticam, invalidam ou complementam a produção acadêmica sobre a luta revolucionária no Brasil.

Palavras-chave: Esquerda armada; Ditadura; Estado da arte.

Résumé: L'objectif de cet article est de discuter l'état de l'art sur la lutte révolutionnaire qui a eu lieu au Brésil aux années 1960 et 1970. Le texte est structuré en quatre parties. D'abord, nous examinons la relation entre la lutte armée, le coup d'État de 1964 et la dictature, ainsi comme la critique des

* Artigo submetido à avaliação em 24 de março de 2014 e aprovado para publicação em 20 de abril de 2014. Este artigo é uma versão resumida do texto *Izquierda armada en Brasil: un balance de la historia y la producción académica reciente*, publicado em: AVALOS, M. L., SOLANO, V. O., TRISTAN, E. R. T. (Eds.) *El estudio de las luchas revolucionarias en América Latina (1955-1996): estado de la cuestión*. Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2014.

organisations de guérilla quant à ligne politique soutenue par le PCB. Ensuite, nous faisons un bref résumé quant à l'origine de ces organisations et leur histoire. Dans la troisième partie, nous soulignons les changements dans le programme de recherche sur la gauche armée brésilienne. Dans la dernière partie, nous examinons la discussion récente sur la mémoire sociale par rapport la guérilla et les possibilités d'utilisation politique du passé de lutte contre la dictature dans le présent. Tout au long de ce bilan, nous essayons de combiner la présentation des travaux les plus importants sur ce sujet avec d'autres références qui critiquent, qui invalident ou qui complètent la littérature sur la lutte révolutionnaire au Brésil.

Mots-clés: Gauche armée; Dictature; État de l'art.

Cinquenta anos depois do golpe que depôs o presidente João Goulart e deu início a uma ditadura que duraria mais de duas décadas, é bem ampla a bibliografia dedicada a explicar a interrupção da ordem institucional em 1964 no Brasil¹. Embora o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por meio de seu secretário-geral, sustentasse uma retórica belicosa² e existissem, na época, organizações de esquerda que falassem em deflagrar a luta armada no Brasil, a guerrilha não esteve entre os fatores que levaram ao

¹ Uma excelente síntese foi feita por Fico (2004).

² Esse é um aspecto polêmico na historiografia brasileira, pois o PCB, em razão de sua concepção em duas etapas do processo revolucionário, não defendia o rompimento da ordem constitucional. No documento *Declaração Política do PCB*, de março de 1958 (Citado em CARONE, 1982, pp. 176-196), o partido defendia um “caminho pacífico da revolução brasileira”, o que exigiria a “atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas”. Ao mesmo tempo, o PCB falava em “solução não pacífica” caso os “inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação”. Quatro dias antes do golpe, Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, chegou a dizer que, se tentassem depor o presidente da República, “os golpistas teriam as cabeças cortadas” (GORENDER, 1987, p. 64). A polêmica, portanto, está em saber se o PCB adotou uma postura essencialmente *reformista*, por causa da defesa que passou a fazer da democracia *burguesa*, ou se ainda considerava a possibilidade de participar (ou liderar, dada sua auto-concepção de legítimo partido da classe operária) a luta armada no Brasil, eufemisticamente chamada de “solução não pacífica” no documento.

golpe contra a democracia. O que os projetos guerrilheiros anteriores a 1964 indicam é que a luta armada desencadeada posteriormente não foi uma resposta à ditadura e um caminho seguido pela oposição radicalizada diante da falta de opções institucionais de luta política, mas, sim, uma proposta incorporada à linha política de alguns grupos e considerada viável para a tomada do poder *antes* do próprio golpe de 1964, período em que o Brasil ainda vivia sob um regime democrático.

Dessa perspectiva, nosso objetivo é discutir o *estado da arte* a respeito da luta revolucionária ocorrida no Brasil nos anos 1960-70. Inicialmente, analisamos a relação entre a luta armada, o golpe a ditadura que a ele se seguiu, bem como a crítica dessas organizações à linha política do PCB, origem de praticamente todos os grupos que aderiram à guerrilha urbana e rural. Em seguida, passamos à história das organizações guerrilheiras e tratamos das mudanças na agenda de pesquisa a respeito da esquerda armada. Por fim, examinamos a discussão recente sobre a memória social acerca da guerrilha e as possibilidades de uso político do passado de luta contra a ditadura no presente. Sempre que possível, tentamos combinar a apresentação dos trabalhos fundamentais sobre o tema com outras referências que criticam, invalidam ou complementam a produção acadêmica sobre a luta revolucionária no Brasil.

A relação entre a luta armada, o golpe e a ditadura

Por ocasião dos quarenta anos do golpe militar que derrubou o presidente João Goulart, Delgado (2004) propôs uma divisão dos trabalhos produzidos até então com o propósito de explicar as causas da intervenção das Forças Armadas na ordem institucional em 1964. Se considerarmos válidas as classificações interpretativas propostas pela autora, poderíamos explicar o golpe a partir de quatro perspectivas diferentes: (1) pela crise estrutural-funcionalista da sociedade brasileira, (2) pelo caráter preventivo da intervenção militar, (3) pela conspiração de grupos e instituições nacionais e

estrangeiras e (4) pelas características específicas da conjuntura pré-1964 e o desapego à democracia por parte da direita e da esquerda brasileira.

Nos trabalhos reunidos na primeira abordagem, a ênfase recai sobre os aspectos econômicos e políticos. Seus autores, dentre os quais se destacam Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira, defendem que a saída autoritária foi uma resposta aos conflitos sociais decorrentes do processo de industrialização tardia ocorrido no Brasil nos anos 1950; que o golpe de 1964 estava vinculado às contradições entre os modelos agrário-exportador e nacional-desenvolvimentista, de um lado, e o modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro implantado a partir da segunda metade da década de 1950, de outro; e que o golpe era produto do esgotamento do *arranjo populista*, sobretudo em razão de um modelo de desenvolvimento que passou a gerar grande concentração de renda.

Nos trabalhos classificados na segunda perspectiva, a intervenção militar aparece como um *contra-golpe* de caráter preventivo em relação a um possível golpe de esquerda – interpretação que se tornou recorrente na memória militar sobre 1964, onde o movimento que derrubou João Goulart passou a ser visto como uma *revolução* (D'ARAÚJO, CASTRO e SOARES, 1994; ATÁSSIO, 2007).³ Autores como Florestan Fernandes, Caio Navarro de Toledo e a própria Lucília Delgado dão destaque ao fato de que o golpe impediu a transição de uma democracia restrita para uma democracia ampliada, com a incorporação de amplos setores da sociedade brasileira à política. Nesse sentido, suas análises destacam a crescente radicalização decorrente da luta de classes travada no período pré-1964, resultante, por sua vez, de fatores diversos, tais como a intensa mobilização popular, o fortalecimento do movimento operário e camponês e a plataforma popular adotada pelo presidente em seus últimos meses de governo (com destaque

³ Na historiografia crítica da ditadura e também na memória da esquerda brasileira, o golpe de 1964 foi chamado, na verdade, de *contra-revolução*, indicando que revolução seria aquela a ser feita pelas organizações e partidos mais à esquerda, armados ou não.

para as *reformas de base*), mas também a ação de setores conservadores da sociedade que temiam o avanço da democracia.

Uma terceira abordagem analítica assumiu uma versão de tipo conspiratório, enfatizando a atuação de diversos movimentos e instituições político-sociais, muitas vezes em aliança. Trabalhos como os de Moniz Bandeira, René Dreifuss e Heloísa Starling ressaltam a importância decisiva que teve para a queda de João Goulart e a chegada dos militares ao poder a ação da Escola Superior de Guerra, de segmentos do empresariado nacional, de latifundiários e outros proprietários rurais, de parcelas conservadoras da Igreja Católica, do capital internacional com interesses econômicos no Brasil, de partidos políticos, além do próprio governo estadunidense, que ajudou, até mesmo financeiramente, movimentos, instituições, políticos e jornais críticos ao então presidente da República.

A quarta perspectiva a respeito do golpe é representada pelos trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos e Argelina Figueiredo. Sua abordagem recai sobre questões propriamente conjunturais da política pré-1964 e o fato de que a democracia não era prioritária na agenda política da época. De um lado, essas análises revelam que, naquele contexto de radicalização política, uma *paralisia decisória* decorrente da *fragmentação dos recursos de poder* teria impedido que o presidente conseguisse estabilizar seu governo, mesmo quando tentava negociar. De outro lado, parte do insucesso dessas negociações era resultado do desinteresse tanto da direita como da esquerda brasileira em realizar seus projetos nos marcos da do regime democrático.

Além dessas perspectivas sugeridas por Delgado, também poderíamos incluir outras interpretações do golpe, seja de natureza estrutural ou conjuntural. No primeiro caso, a derrubada de Jango poderia ser explicada pelo suposto papel de *poder moderador* que as Forças Armadas brasileiras historicamente assumiram em momentos de crise político-constitucional (STEPAN, 1975). No segundo caso, fatores ligados muito mais ao *tempo curto*, conjuntural, poderiam explicar as razões para o sucesso do golpe, como a incapacidade e o despreparo do presidente para governar num momento tão complexo da política brasileira (VILLA, 2004) ou mesmo a inércia da

esquerda do país em resistir a um golpe claramente conservador (GORENDER, 1987). Da perspectiva do *tempo longo*, seria possível ainda pensar na influência da tradição autoritária e antidemocrática, de origem positivista, para a deflagração do golpe – fator que, inclusive, é visto por alguns como diferenciador da ditadura instalada no Brasil daquelas existentes na América Latina (VILLA, 2014).

Observemos, então, que a luta armada não esteve entre as razões do golpe, embora já existissem projetos guerrilheiros antes de 1964. O contrário, porém, é parcialmente verdadeiro, uma vez que o golpe passaria a ser visto por setores da esquerda brasileira como a confirmação de suas posições críticas ao “caminho pacífico da revolução” defendido pelo PCB. A guerrilha brasileira, cuja existência efetiva esteve limitada ao curto período que vai de 1967 a 1973,⁴ transformou-se numa das razões para o recrudescimento da ditadura, pois permitiu que setores das Forças Armadas contrários a uma intervenção militar pontual e à imediata devolução do poder aos civis usassem habilmente a luta armada para justificar o avanço da repressão, embora a guerrilha não tivesse ameaçado seriamente a ditadura – esta, sim, fortalecida naquele contexto (ANGELO, 2011).⁵

Por isso, apesar de seu propósito em derrubar a ditadura, tomar o poder e fazer a revolução, a esquerda que pegou em armas não apenas foi derrotada neste objetivo como também, involuntariamente, tornou-se um pretexto para a vitória da *linha dura* militar e o conseqüente aprofundamento da ditadura, cuja repressão atingiu duramente os guerrilheiros. Anos mais tarde, já no contexto da transição *lenta, gradual e segura* desencadeada pelo general Ernesto Geisel a partir de 1974, a esquerda armada passou a ocupar um espaço bem diferente na memória social que foi sendo forjada a respeito dos anos anteriores. Como veremos adiante, essa interpretação se inclinou a

⁴ No meio urbano, a guerrilha durou de fins de 1967 a inícios de 1972. No campo, sua existência foi ainda mais curta: entre abril de 1972 e dezembro de 1973.

⁵ Sobre a guerrilha como justificativa para o avanço da repressão e fortalecimento da ditadura, ver Skidmore (1988), Rollemberg (1994), Fernandes (1999) e Couto (2003). Quanto à fraqueza bélica e organizativa da esquerda armada brasileira, ver Ridenti (1993) e Gaspari (2002b).

ver os ex-guerrilheiros como militantes corajosos e destemidos que haviam lutado não pela ditadura do proletariado, mas pela democracia, tendo ao seu lado o conjunto da sociedade brasileira, num movimento de *resistência democrática* à ditadura. Nesse movimento, a esquerda armada teria desempenhado um decisivo papel para o fim do regime autoritário, e não para seu aprofundamento.

Origem das organizações armadas

A esquerda que pegou em armas durante a ditadura se formou basicamente a partir da crítica à linha política oficial adotada pelo PCB, que até então era o partido hegemônico no campo esquerdo, com grande influência nos sindicatos e movimentos sociais. Por isso, essa *esquerda revolucionária*, que considerava o caminho pacífico para a revolução uma alternativa ilusória, e que em razão disso não acreditava na eficácia de reformas no sistema, defendendo a destruição das instituições burguesas e a estratégia da luta armada para chegar ao poder, acabou recebendo o nome de *Nova Esquerda*.⁶ Uma parte da esquerda revolucionária que aderiu à luta armada teve origem no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e na Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop),⁷ que já haviam saído do PCB antes mesmo do golpe por discordar das orientações do *partidão*. Porém, foi com a derrubada de Jango e a derrota da estratégia

⁶ Empregamos a expressão *esquerda revolucionária* como sinônimo de *Nova Esquerda* a exemplo do que fazem outros trabalhos. Porém, não devemos ignorar a disputa semântica com o PCB, alvo principal de suas críticas, em torno do qualificativo de *revolucionária* atribuído a essa esquerda, como se o partido também não defendesse a *revolução*, ainda que em duas etapas.

⁷ As exceções foram a Ação Popular (AP), com origem na esquerda católica, e as Ligas Camponesas, ligadas ao movimento de trabalhadores rurais. Criadas antes do golpe, nenhuma das duas organizações surgiu a partir de rachas no PCB. A AP ofereceu alguns poucos quadros para a luta armada, chegando a executar ações de guerrilha urbana. As Ligas, por sua vez, embora tenham mantido relações com Cuba visando o lançamento da luta armada no campo, foram desmanteladas pela ditadura antes do lançamento da guerrilha. Sobre essas organizações, ver Ridenti (2002) e Azevedo (1982), respectivamente.

etapista da revolução que uma intensa disputa dentro do PCB a respeito das causas da derrota se desencadeou.

Para a maioria do Comitê Central, o partido teria superestimado a correlação de forças da sociedade, avaliando mal as condições objetivas da revolução, num evidente *desvio à esquerda*. Todavia, setores importante do PCB fizeram uma avaliação oposta à autocrítica oficial. Para eles, o erro do partido teria sido apostar na aliança com João Goulart e no apoio militar que o presidente dizia ter, sem preparar a militância para resistir a um golpe cada vez mais iminente,⁸ o que teria representado um claro *desvio à direita*. Num contexto extremamente desfavorável à ampla discussão política, dado que os comunistas, naquele primeiro momento, tornaram-se alvos preferenciais dos expurgos conduzidos pela ditadura, acabou prevalecendo a posição mais moderada de Luís Carlos Prestes, que não quis arriscar com uma nova saída à *esquerda*, aderindo à luta armada, como desejavam setores do partido.

Ao contrário dos anos anteriores, quando a esquerda brasileira estivera restrita ao PCB e a algumas organizações críticas do partido, o cenário aberto em 1964 ficou marcado por uma verdadeira profusão de siglas. Para o PCB, a onda de divisões internas que se sucedeu ao golpe foi pior do que a própria deposição de João Goulart. As críticas dentro e fora do partido não eram desferidas apenas contra sua concepção revolucionária e a postura *reboquista* assumida em relação ao governo deposto. Criticava-se também a estrutura organizativa do PCB, cuja rígida hierarquia e a extrema burocratização deixavam o partido envolvido em infundáveis discussões teóricas sem nunca passar à prática, o que teria sido, na avaliação de muitos, uma das causas principais para a derrota. Embora as dissidências do partido compartilhassem dessa posição, nem todas seguiriam juntas em relação a esse ponto.

Parte delas, por exemplo, acreditava que a concepção marxista-leninista clássica de um partido revolucionário não deveria ser abandonada.

⁸ A iminência do golpe pode ser atestada por um sugestivo trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos, publicado em 1962, sob o título de *Quem dará o golpe no Brasil?* (SANTOS, 1962).

Ainda que a estrutura organizativa do PCB tivesse levado ao *imobilismo*, a importância do partido de vanguarda não teria perdido sua validade, de forma que sua aproximação do *maoísmo chinês* foi um processo relativamente natural. Para esta teoria, o partido se sobrepunha à guerrilha e o fator político era mais importante que o componente militar. Por outro lado, algumas dissidências assumiram uma posição extremamente crítica à estruturação da vanguarda como partido. A luta armada exigiria grande agilidade, o que era inibido pelo modelo clássico de organização. A *ação* é que seria a responsável por construir o partido revolucionário, e não o contrário. Para essas organizações, Cuba foi um exemplo importante para consolidar suas posições, uma vez que para a *teoria do foco revolucionário*, era a guerrilha que predominava sobre o partido e o fator político que se subordinava ao componente militar.

O que se viu nos anos seguintes ao golpe foi uma profusão de siglas de organizações revolucionárias, sendo boa parte delas criadas por causa de rachas em seus agrupamentos de origem – muitas vezes em torno de discordâncias relativamente pequenas – ou em razão das derrotas impostas pela repressão, o que exigia a reorganização dos quadros remanescentes em novas organizações. Agrupamentos como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Libertadora Nacional (ALN), os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) estiveram entre as principais organizações armadas da época. Foram elas as responsáveis pelas ações de maior impacto político e de maior retorno financeiro e logístico para a guerrilha brasileira.

Mudanças na produção acadêmica sobre a guerrilha no Brasil

Analisando as trajetórias das principais organizações que participaram da luta armada no Brasil, a conclusão mais evidente é de que as divisões dentro da esquerda – não só no PCB, mas, sobretudo, na esquerda

revolucionária – foram uma das principais causas para a derrota da guerrilha. A crescente radicalização política levou a uma completa fragmentação da esquerda armada. Aos poucos, a acusação de *imobilismo* que tinha recaído sobre o PCB passou a ser dirigida àqueles que, supostamente não percebiam a necessidade do enfrentamento armado, ainda se mantinham *presos* à exigência de um trabalho político (atividade de massas) como pré-requisito para deflagração da guerrilha. Seu fracionamento, com a formação de vários grupos, longe de ter fortalecido a luta revolucionária no Brasil, acabou facilitando o trabalho da repressão, que se organizava rapidamente no mesmo período, numa trajetória oposta à de seus adversários, cada vez mais divididos.

Pela avaliação que fizeram da realidade brasileira e por suas influências teóricas e políticas, todos os grupos armados pensaram em iniciar a revolução no meio rural. Mesmo considerando a participação dos operários e das massas urbanas nesse processo, a esquerda armada acreditava que o campo, ao invés da cidade, era o local privilegiado para começar a revolução. As ações armadas no meio urbano, segundo essa concepção, serviriam apenas para angariar fundos para a guerrilha rural e para propagandear a revolução (RIDENTI, 1993). Porém, com o recrudescimento da repressão, a esquerda armada, então imersa na clandestinidade, passou a sofrer os efeitos do *fechamento* da ditadura, com inúmeras *quedas*, entre mortes e prisões, além das torturas, dos desaparecimentos, dos banimentos e do exílio forçado.

Nesse contexto, as ações urbanas foram ganhando cada vez mais importância para garantir aos guerrilheiros condições lutar enquanto não lançavam seu projeto rural. Paralelamente, era importante medir forças com a ditadura, executando ações cada vez mais espetaculares que só faziam aumentar as baixas. Com a morte ou prisão dos guerrilheiros, as organizações armadas foram se enfraquecendo aos poucos. Para se manter na clandestinidade ou libertar companheiros presos, seus militantes começaram a rodar numa espécie de *ciranda guerrilheira*: faziam novos ataques, sofrendo mais quedas; desmantelados, facilitavam o trabalho da repressão (ANGELO, 2009). Isolada política e socialmente – dado que a sociedade como um todo também sentia os efeitos da repressão, afastando-se, assim, da radicalidade da

guerrilha – e vendo diminuir sua estrutura sem que tivessem conseguido passar à etapa mais importante do processo revolucionário, a esquerda armada brasileira não perdeu por muito mais tempo nas cidades, tendo uma curta sobrevida no campo, com a guerrilha do Araguaia.

Parte considerável da bibliografia sobre a guerrilha no Brasil, que é tão ou mais ampla do que a dedicada ao golpe de 1964 em si, voltou-se para a reconstrução e análise da história da luta armada no país, das trajetórias das principais organizações guerrilheiras, das ações mais importantes que cada uma delas empreendeu, do cotidiano da clandestinidade e das dificuldades de fazer oposição a uma ditadura. Por ocasião dos quarenta anos do golpe, Fico (2004) publicou um guia bibliográfico relacionando mais de mil títulos que tratavam de diferentes aspectos da ditadura. Em relação à luta armada, especificamente, o autor elencou uma centena de trabalhos a respeito. Pouco tempo antes, Ridenti (2001) já havia publicado uma relação de títulos dedicados apenas à esquerda que pegou em armas. Embora “longe de ser completa”, como advertiu o autor, a lista continha mais de duzentos trabalhos.⁹

Nos últimos anos, houve uma mudança no perfil da produção acadêmica, com o predomínio de historiadores sobre sociólogos e cientistas políticos, que não deixaram, entretanto, de figurar entre autores importantes – a exemplo da pesquisa seminal de Mezarobba (2006) sobre a *justiça de transição* no Brasil. Especificamente em relação à guerrilha no Brasil, um eixo de pesquisa importante que se consolidou a partir de meados dos anos 1980 tem englobado os estudos sobre a questão da memória social acerca do período militar, os “deslocamentos de sentido” (REIS FILHO, 2000, p. 70) realizados nesse trabalho de memória e os usos políticos do passado de luta contra a ditadura (FERREIRA e REIS FILHO, 2007; ROLLEMEBERG e

⁹ Esta lista inclui diversas autobiografias, sendo que algumas se tornaram verdadeiros *best-sellers* no Brasil. Foi o caso de *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, com mais de quarenta edições. Em 1997, a obra foi adaptada para um filme homônimo de igual sucesso dirigido pelo cineasta Bruno Barreto. No final de 1979, o livro de Gabeira aparecia frequentemente entre as obras de não-ficção mais vendidas no Brasil, segundo a lista publicada semanalmente pela revista *Veja*.

QUADRAT, 2010). Tudo isso renovado pelas mudanças teórico-metodológicas no campo disciplinar dos historiadores, com a consolidação da chamada *História do Tempo Presente* na França (BÉDARIDA, 1993) e seu rebatimento na produção acadêmica brasileira. Ao mesmo tempo, os temas dessa agenda de pesquisa também têm sido recuperados por cientistas sociais mais concentrados em discutir a herança da ditadura e a incompletude do processo de redemocratização do Brasil, cenário em que o direito à memória, por exemplo, aparece como um dos aspectos mais centrais (SANTOS, TELES e TELES, 2009; TELES e SAFATLE, 2010; ANGELO, 2012).

A produção da memória sobre o passado recente

O ponto de partida para compreender melhor as recentes pesquisas sobre o tema é a própria transição política iniciada por Geisel em 1974, uma vez que o retorno à democracia foi combinado com a construção da memória social a respeito do período ditatorial. Conforme assinalado por Rollemberg (2003, p. 45), “a memória recente do país ia sendo construída ao mesmo tempo em que o país vivia o desafio de construir a democracia”. No caso da antiga esquerda armada, a releitura do passado foi feita de modo a integrar os ex-guerrilheiros naquele novo quadro político-institucional animado pelas mobilizações sociais do final dos anos 1970. A construção da memória social daquele passado recente aconteceu “menos à luz dos valores que nortearam as lutas de então [ou seja, a guerrilha] e mais em função do presente, dos anos 1980, quando a referência era a democracia – e não mais a revolução” (ROLLEMBERG, 2003, p. 48). Nesse contexto, tanto os que apoiaram a ditadura como os que contra ela lutaram passaram a representar os anos anteriores em outros termos, visando apagar, muitas vezes, aspectos que pudessem afastá-los da ordem política que então se constituía no Brasil.

A releitura do período militar feita durante o processo de abertura implicou na reconstrução do passado tendo como referência o novo momento político que se avizinhava, com todas as suas possibilidades e oportunidades – algo semelhante, por exemplo, ao que ocorreu na Argentina

na mesma época, onde o julgamento das Juntas Militares que governaram o país impôs à sociedade a tarefa de examinar aquele passado do ponto de vista do tempo presente que se abria (VEZZETTI, 2002). No caso da antiga esquerda armada brasileira, a interpretação que os ex-guerrilheiros passaram a fazer de sua experiência se confundiu com a memória da própria sociedade, que acabou incorporando alguns elementos dessa releitura em sua própria visão sobre o período militar, revelando um aspecto interessante do trabalho de memória, que é a ênfase na “verdade do presente, o aprofundamento de uma identidade partilhada”, e não “o conhecimento, a realidade e a inteligibilidade do passado” (LAVABRE, 1994, p. 487).

A memória constituída na época se ocupou fundamentalmente de duas questões a respeito da guerrilha: sua *natureza* e seu *significado*. Na releitura que se fez do passado, foi necessário, tanto para a sociedade como para os ex-militantes da esquerda revolucionária, responder os motivos que levaram parte da esquerda brasileira a pegar em armas para combater a ditadura e quais teriam sido as conseqüências desse fato. Ao longo desse processo foram sendo construídos os principais *mitos* a respeito da luta armada. Como foi dito no início, a guerrilha passou a ser vista como uma das formas de *resistência* – esta é uma palavra-chave – à ditadura e até mesmo como um fator *determinante* para o fim do Estado de exceção.

Segundo uma interpretação comumente associada à experiência da luta armada, em 1964, com a tomada do poder pelos militares e a interrupção da democracia, a sociedade, como um todo, teria se levantado contra o autoritarismo imposto pelas Forças Armadas. Uma pequena parte da oposição, jovem e radical, de maneira corajosa e destemida, pegou em armas para combater a ditadura, derrubar os militares e restabelecer a democracia. Essa decisão, que levou muitos deles à tortura e à morte, teria sido tomada basicamente porque a ditadura, ao fechar os canais legais de participação política, não havia deixado alternativas para a esquerda que aderira à luta armada, de tal modo que, forçados a enfrentar os militares pela via das armas, os guerrilheiros se tornaram uma espécie de *braço armado* da sociedade, que por outros meios também resistiu à ditadura ao longo de todo o período.

Nas cidades e no campo, os jovens convertidos em guerrilheiros travaram uma luta desigual. Sem experiência militar e numericamente inferiores, eles combateram um Estado cada vez mais militarizado e repressivo. Sua trajetória de vida, portanto, tornou-se indissociável da experiência guerrilheira, visto que, durante a ditadura, a firmeza de suas convicções políticas lhes havia imposto a condição de *outsiders* em relação ao modelo implementado pela ditadura (FERREIRA, 1996). Os sobreviventes seguiram para o exílio, de onde continuaram combatendo a ditadura brasileira com campanhas de denúncia contra o governo e integrando os comitês pela anistia que se formaram em vários países (ROLLEMBERG, 1999; CHIRIO, 2006 e GREEN, 2009). No final da década de 1970, com a aprovação da Lei de Anistia e o retorno dos ex-guerrilheiros ao Brasil, foi como se os combatentes se reintegrassem à sociedade. Após uma longa separação forçada, a necessidade do exílio finalmente tinha chegado ao fim, e os que defendiam a democracia podiam atuar livremente.

Com algumas variações, essa é a síntese do que freqüentemente se passou a entender por luta armada no Brasil. Essa releitura do passado apagou os interesses de cada lado e as efetivas ligações que mantiveram com a ditadura, garantindo legitimidade ao conjunto da oposição no novo contexto político-institucional. Do ponto de vista da sociedade, essa memória elidiu todos os vínculos que a associavam com a ditadura, como se esta jamais tivesse tido uma base social de legitimação¹⁰. Lutando ativamente pela democracia desde 1964, foi como se a sociedade nunca tivesse apoiado a intervenção militar contra o governo Jango. Parte daqueles que fizeram oposição à ditadura a partir de 1974, quando a luta armada já havia sido derrotada, havia apoiado o regime nos anos anteriores. Assim, a reconstrução do passado feita durante a abertura política, desvinculando-os desse fato, conferiu legitimidade a determinados setores da sociedade dentro daquele novo contexto político pelo qual passaram a lutar apenas posteriormente.

¹⁰ O propósito do livro de Rollemberg e Quadrat (2010) é justamente evidenciar esse aspecto.

No início da década de 2000, ocorreu um novo deslocamento, com o progressivo afastamento da sociedade também em relação à guerrilheira, e não apenas em relação à ditadura. Ao questionar a memória construída entre os anos 1970-80, as novas interpretações a respeito da experiência guerrilheira colocaram em relevo o caráter ofensivo dos que pegaram em armas para tirar os militares do poder. Desse modo, quando se passou a enfatizar o fato de que na guerrilha “falava-se em cortar cabeças; [que] essas palavras não eram metáforas”,¹¹ a sociedade buscou se distanciar dos que outrora haviam sido considerados seus aliados na luta contra a ditadura. Foi como se o embate entre os militares e a esquerda revolucionária tivesse sido uma luta de duas elites políticas, “as duas faces da mesma moeda” (RIDENTI, 2004, p. 63), da qual a sociedade, pacífica e democrática, segundo essa releitura, manteve-se sempre distante.¹²

Observando os fatos que levaram à decretação do AI-5, Gaspari (2002a) lembrou que, em 1968, houve uma instrumentalização da chamada *guerra revolucionária* que atendeu tanto à ditadura como aos guerrilheiros. Para a esquerda revolucionária, reconhecer que existia uma guerra fez com que a luta armada deixasse de ser um projeto para se tornar um fato, dispensando a discussão teórica e, no limite, até mesmo o trabalho de massas. Para os militares, por sua vez, a crença de que o país vivia uma guerra foi útil para que a discussão que existia dentro e fora das Forças Armadas sobre o retorno à democracia deixasse de ser um incômodo. Ao mesmo tempo, a teoria dos *dois demônios* também serviu à sociedade, que, por esse ângulo, supostamente não teria participado de uma guerra circunscrita à ditadura e à esquerda armada.

Do ponto de vista da esquerda revolucionária, a releitura do passado nos moldes como ela se consolidou encobriu a verdadeira natureza e o real significado da guerrilha. Em primeiro lugar, a idéia de que a interrupção da democracia em 1964 teria incentivado a deflagração da luta armada não

¹¹ Entrevista de Daniel Aarão Reis Filho citado em Ridenti (2004, p. 61-62).

¹² A teoria dos *dois demônios*, largamente aplicada ao caso argentino, implica em reconhecer que teria havido durante a ditadura uma verdadeira *guerra* entre os militares e os guerrilheiros, o que não é verdade, embora essa versão tenha interessado aos dois lados.

encontra fundamento empírico. O enfrentamento armado visando a tomada do poder era visto como uma estratégia política *antes* mesmo do golpe, de modo que é equivocado atribuir à instalação da ditadura o fator determinante para o caminho escolhido por uma parcela radicalizada da esquerda.¹³ As principais e efetivas ações guerrilheiras ocorreram durante o período militar, de forma que não é possível dissociar a luta armada do Estado de exceção. Visto da perspectiva histórica, sua deflagração, de fato, aconteceu quando o Brasil vivia sob uma ditadura. Contudo, a opção pela luta armada não foi um simples reflexo da instalação da ditadura nem uma consequência direta da suposta inexistência de canais de oposição política.¹⁴

Partindo da premissa de que a luta armada foi uma estratégia política aceita antes de 1964 – e que, portanto, apesar de ter guardado estreitas ligações históricas com a ditadura, não foi causada pela tomada do poder pelos militares – chegamos a outro elemento consolidado na memória social: a luta armada como *resistência democrática*. A despeito de seu isolamento social, a esquerda revolucionária enxergava a si mesma como uma vanguarda portadora de um ideal revolucionário que, no limite, conduziria a sociedade brasileira a uma profunda transformação. Apenas nesse sentido é que poderíamos falar que a guerrilha assumiu alguma forma de resistência, com um conteúdo “libertário e não necessariamente institucional” (RIDENTI, 1993, p. 64).

Seria uma resistência às formas de opressão da classe trabalhadora que aquela parcela da esquerda brasileira julgava representar – era a tese da “imprescindibilidade do partido” e da vanguarda política a guiar a “missão histórica do proletariado” (REIS FILHO, 1990).¹⁵ Porém, a ideia de

¹³ Para um conhecido texto que assume essa posição, ver Moraes (1989).

¹⁴ Basta recordar, por exemplo, a proposta guerrilheira das Ligas Camponesas, que é anterior a 1964. O exemplo do PCdoB também indica que a versão do bloqueio institucional também não tem fundamento. O partido passou a enviar militantes para o Araguaia ainda em 1966, dois anos antes do *golpe dentro do golpe* e do fechamento da ditadura, com o AI-5.

¹⁵ Do nosso ponto de vista, em que pese o aprofundamento desse processo de exploração no período da ditadura, a resistência, nesse sentido estrito, não dependia necessariamente da existência de um governo autoritário para existir, podendo se manifestar também sob o regime democrático.

resistência associada ao contexto histórico da ditadura não é assim representada na memória, sendo, na realidade, definida como uma luta contra o governo militar a fim de restaurar o que o golpe de 1964 suplantara, isso é, a democracia. Mas a luta da esquerda revolucionária brasileira jamais constituiu um combate *em defesa* da democracia pré-1964, considerada um regime *burguês* e, por isso mesmo, limitado.

A democracia anterior ao golpe era vista como “sinônimo de acordos, negociatas, conchavos” (ARAÚJO, 2007, p. 328), estando relacionada à etapa nacional-democrática do modelo de revolução preconizado pelo PCB contra o qual a Nova Esquerda tinha se posicionado. Os guerrilheiros desejavam tomar o poder para fazer a *revolução*, de modo que, sendo os militares os ocupavam o aparelho de Estado como dirigentes políticos, a luta dessa esquerda deveria estar direcionada, naturalmente, para a derrubada das Forças Armadas do poder. Nesse sentido, podemos ver uma profunda diferença entre a luta *armada* e a luta *democrática* de outros setores da oposição: unidas unicamente pelo desejo de pôr fim à ditadura, esta queria restabelecer a democracia suplantada em 1964, enquanto aquela sinalizava com um horizonte diferente. Não se tratava de um simples retorno ao contexto anterior ao golpe, mas de avançar em direção ao futuro, num caminho que exigiria o enfrentamento armado para substituir a democracia burguesa pela socialista, a ditadura da minoria pela da maioria – a do proletariado.

De todos os mitos que compõem a releitura do passado feita a partir de 1974, a questão da resistência talvez seja a que mais importou para a esquerda que chegava do exílio. Afinal, se considerarmos os seus objetivos originais (derrubar a ditadura e fazer a revolução), divulgados quase todos os seus documentos, os guerrilheiros haviam sido historicamente derrotados. Por isso, a modulação do passado operada ainda durante o processo de abertura teve o mérito de garantir à esquerda armada uma vitória *política* sobre a ditadura, conferindo-lhe um lugar de destaque no conjunto das oposições aos militares e legitimando sua inserção na nova ordem política,

pela qual, na prática, ela não tinha luta a não ser depois de 1974, quando suas organizações deram início à autocrítica da experiência guerrilheira.¹⁶

Conforme destacamos, vários autores já chamaram a atenção para o fato de que foi a ditadura, e não a esquerda armada, quem saiu fortalecida dos *confrontos* travados nos anos 1960-70. Todos os indícios parecem indicar que, até mesmo por uma questão cronológica,¹⁷ o fim da ditadura foi consequência de vários fatores, como a perda da base política e social do regime, a crise econômica dos anos 1970 e o interesse das Forças Armadas em se dedicar às atividades profissionais, mas não da atuação direta da esquerda armada. Assim, a idéia segundo a qual a guerrilha teria contribuído para o fim da ditadura, e não para seu fortalecimento, também passou a ser um mito acerca da luta revolucionária no Brasil.

Em meados de 2008, em resposta a um artigo do historiador Marco Antonio Villa a respeito das “falácias sobre a luta armada na ditadura”,¹⁸ Aloysio Carvalho e Liszt Vieira, ex-militante da VPR, afirmaram que sua abordagem “dissocia as esquerdas das conquistas democráticas”.¹⁹ Com base na idéia da *não intencionalidade* discutida por Ridenti (2004) – para quem a ação da esquerda armada, mesmo não tendo sido uma luta pelo restabelecimento da democracia pré-1964, indiretamente teria levado ao enfraquecimento e à derrota da ditadura –, os autores concluíram que “a tese [de que a guerrilha era antidemocrática] ignora que uma ação política pode gerar resultados não intencionais de grande repercussão”. Dessa perspectiva, “a luta armada contribuiu para o *enfraquecimento da ditadura* e o *retorno da democracia*, em que pese as intenções iniciais de seus agentes”.²⁰

¹⁶ Ainda assim, como Rollemberg (1994) destacou, essa autocrítica foi, de certa maneira, instrumental, como se a defesa da democracia burguesa representasse uma concessão momentânea mas necessária para a retomada da luta revolucionária em melhores condições.

¹⁷ Existem cronologias diferentes para o período da ditadura, mas, do nosso ponto de vista, seu fim pode ser formalmente datado em abril de 1985, portanto, onze anos e quatro meses depois de encerrada a guerrilha do Araguaia. Logo, é bastante difícil achar um vínculo de causalidade entre a luta armada e o fim da ditadura.

¹⁸ *Folha de S.Paulo*, 19 mai. 2008.

¹⁹ *Folha de S.Paulo*, 16 jun. 2008.

²⁰ *Folha de S.Paulo*, 16 jun. 2008, grifo nosso.

No ano seguinte, ao analisarem a experiência da luta armada no Brasil, dois outros ex-guerrilheiros também insistiram nesse ponto ao afirmarem que “a luta armada e suas conseqüências para o país, para seus militantes e para seus combatentes foi a *forma de luta que finalmente mais contribuiu para o desmantelamento final do regime golpista, ilegítimo e opressor*” (SEIXAS e POLITI, 2009, p. 47, grifo nosso). Sem desconsiderar as demais formas de “resistência” à ditadura, os autores inseriram a luta armada no conjunto de fatores que levaram ao fim do Estado de exceção, recuperando também outros mitos já citados, como a tese do bloqueio institucional: “um bom número de guerrilheiros urbanos [...] acabaram identificados pela repressão cada vez mais violenta e *tiveram que cair na clandestinidade* para não serem presos. *Não tiveram outra alternativa* senão a de voltar suas ações armadas a um enfrentamento mais direto aos repressores (SEIXAS e POLITI, 2009, p. 45, grifo nosso).

Ao discutir as mobilizações democráticas contra a ditadura nos anos 1970, Araújo (2007, p. 332) afirmou que a guinada da esquerda armada em direção à democracia veio “*ao encontro do anseio* de uma geração mais nova” que se formou no processo de distensão, cujas lutas principais eram contra o autoritarismo e em favor dos direitos humanos. Segundo a autora, essa nova geração “*havia crescido no regime militar, conhecia a censura, as prisões arbitrárias, a cassação política de professores e estudantes, sabia da existência da tortura e desejava ardentemente lutar contra isso*”, de tal modo que “a nova tática [política dos ex-guerrilheiros] fornecia essa possibilidade” de inserção. Em outro trecho, a autora disse que “a definição de uma conjuntura de resistência e de uma plataforma de luta pelas liberdades democráticas [a partir de 1974] foi, de certa forma, uma *resposta das esquerdas brasileiras* ao isolamento e à derrota militar e política da experiência armada” (ARAÚJO, 2007, p. 324, grifo nosso).

Este recente trabalho é importante porque revela a permanência de alguns mitos construídos e reproduzidos pela memória social a respeito da esquerda armada durante o processo de abertura. Ao afirmar que a inflexão democrática dos que pegaram em armas veio ao encontro dos anseios da nova geração, a autora desloca o eixo de análise para a guerrilha, invertendo a

relação estabelecida entre esta e o restante da sociedade. A guinada em direção à democracia nos anos 1970, precedida da autocrítica da luta armada, permitiu a integração de seus antigos militares aos demais movimentos de oposição à ditadura que então se formavam. Assim, os ex-guerrilheiros é quem encontrariam nessa geração a possibilidade de uma nova atuação política, e não o inverso. Tal como apresentada pela autora, foi como se a nova geração aguardasse uma mudança de posição da esquerda armada – já derrotada, inclusive – para que esta lhe pudesse dirigir e orientar.

Por outro lado, sua análise sugere que uma resistência democrática, com propostas de liberdade política, apenas teria surgido a partir de 1974, quando sabemos que bem antes setores da sociedade já defendiam a volta à democracia. Uma análise semelhante foi feita por Sales (2007, p. 38) ao afirmar que “o enfrentamento armado foi um dos caminhos de resistência aos militares e que não teve melhor sorte do que aqueles que optaram por fazer oposição utilizando as brechas do regime, a partir de uma lenta pressão pela redemocratização do país”. Além de igualar a guerrilha às outras formas de luta, como se todas compusessem uma mesma *resistência* à ditadura, diluindo suas enormes diferenças políticas, o autor ressaltou que as oposições como um todo foram derrotadas. Nesse caso, como sabemos que a sociedade teve um destacado papel para ampliar e acelerar o escopo e o ritmo do projeto de abertura do governo Geisel, restaria perguntar o que teria levado a ditadura a perder o controle sobre a distensão em vários momentos senão o protagonismo da própria sociedade civil brasileira.

Devemos recordar que derrotada militarmente foi a esquerda armada, e não *as esquerdas brasileiras*, “entendidas num sentido amplo” (Araújo, 2007, p. 324). Parte delas, inclusive, era crítica da luta armada, como os setores progressistas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido de oposição criado a partir de 1966, quando foi instituído o sistema bipartidário no Brasil. A análise feita por Araújo, portanto, apresenta a resistência democrática como um *segundo momento* da luta das esquerdas, sendo estas identificadas com a esquerda armada, embora se fale em esquerdas num sentido amplo. Do nosso ponto de vista, houve, na realidade, uma só trajetória da esquerda *democrática*, e duas da *armada*, que em seu segundo

momento se alinhou com as forças de oposição que defendiam o restabelecimento da democracia pré-1964, compondo, então, uma frágil, porém, decisiva aliança fundamentada na resistência democrática à ditadura.

Considerações finais

Muita coisa já foi escrita a respeito da ditadura militar brasileira e da luta revolucionária que ocorreu no país nos anos 1960-70, como revelam os trabalhos de Fico (2004) e Ridenti (2001). Em geral, uma primeira leva de trabalhos a respeito da guerrilha, formada basicamente por pesquisas acadêmicas e por obras memorialísticas escritas pelos que tinham participado da luta armada, buscou reconstruir aquele período histórico e apresentá-lo a uma sociedade que, na transição para a democracia, desejava conhecer os detalhes daquela experiência de luta radical. Entre outros fatores, isso é o que ajuda a explicar o sucesso de filmes como *O que é isso, companheiro?* e séries de televisão como *Anos Rebeldes* e seu papel para a formação de uma memória social específica sobre o período militar.²¹

Uma segunda leva de trabalhos, produzida a partir dos anos 1990 e consolidada na década de 2000, começou a enfatizar não mais a história, mas a memória da guerrilha. De um lado, as atenções passaram a estar voltadas para a reconstrução do passado de luta contra a ditadura iniciada ainda na transição do governo militar para o regime democrático, como vimos. De outro, a ênfase também recaiu para a articulação dessa memória da luta revolucionária com a memória da sociedade como um todo e os usos políticos desse passado para os envolvidos no processo de recordar e esquecer a dureza dos *anos de chumbo*. Com isso, foram produzidas algumas versões a respeito da esquerda armada que se firmaram como verdadeiros mitos acerca da guerrilha: sua luta teria sido uma resistência democrática à ditadura provocada pela falta de canais institucionais de ação política e decisiva para o fim do Estado de exceção.

²¹ Para mais detalhes sobre a minissérie *Anos Rebeldes*, ver: Atencio (2011).

Paralelamente à discussão sobre o lugar da luta revolucionária na memória social e os usos políticos do passado, outra questão importante na produção acadêmica recente tem sido a ação do Estado brasileiro no que se refere à *justiça de transição*. À medida que o regime democrático foi se institucionalizando no Brasil, uma tarefa imperiosa passou a ser como lidar com o passado autoritário do ponto de vista oficial, e não apenas memorialístico; e o que fazer concretamente para reparar aqueles que haviam sido vítimas do Estado de exceção que governou o Brasil por duas décadas. Convencionou-se chamar de *justiça de transição* o modo como os Estados lidam com o legado histórico de violência em massa e violação dos direitos humanos, expressando-se em medidas concretas que buscam enfrentar esse passado e, ao mesmo tempo, reparar suas vítimas na medida do possível (MEZAROBBA, 2009).

A justiça transicional implicaria em (1) investigar, processar e punir os responsáveis por violar os direitos humanos; (2) revelar a verdade dos fatos às vítimas, a seus familiares e à sociedade; (3) oferecer reparação adequada; e (4) afastar os condenados de órgãos relacionados ao exercício da lei ou de posições de autoridade. Disso decorre uma série de trabalhos produzidos na última década a respeito de temas diversos ligados, direta ou diretamente, a uma ou mais características da justiça de transição. Questões como a necessidade de rever a anistia como *perdão mútuo* a guerrilheiros e torturadores, de abrir os arquivos produzidos pela ditadura e pelas Forças Armadas e de situar a luta pelos direitos humanos como um dos pilares do processo de consolidação de um efetivo Estado democrático de direito no Brasil são eixos de pesquisa que vêm consolidando sua importância e seu espaço.²²

Evidentemente, nessa agenda de pesquisas, a guerrilha aparece de modo, às vezes, secundário. Afinal, os que pegaram em armas não foram as únicas vítimas da ditadura militar brasileira, cuja repressão alcançou

²² Existem, atualmente, vários pesquisadores, no Brasil e no exterior, discutindo tais questões. Para uma visão geral de alguns desses trabalhos, ver a obra em dois volumes organizada por Santos, Teles e Teles (2009).

indivíduos e instituições que não mantinham nenhuma relação com a guerrilha – em alguns casos, nem mesmo apoiavam a estratégia da luta armada.²³ Todavia, os ex-guerrilheiros foram uma das principais e mais numerosas vítimas da ditadura,²⁴ de forma que as políticas recentes do Estado brasileiro têm neles um de seus focos de atenção privilegiado. Com isso, para os próximos anos, a perspectiva, em termos de produção acadêmica, é que os trabalhos que até o momento vem se mantendo bastante amplos, apresentando a antiga esquerda armada junto a outros setores da oposição igualmente atingidos pela ditadura, passem a focalizar mais detidamente os ex-guerrilheiros. Questões como a abertura dos arquivos, que avançou com a recente Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12527/2011), e as investigações conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade, criada em 2012 pela presidente Dilma Rousseff, que foi militante da VPR, possivelmente ganharão destaque nessas novas pesquisas.

Referências

- ANGELO, V. A. de. *Luta armada no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2009.
- ANGELO, V. A. de. *Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- ANGELO, V. A. de. Quem tem documentos sobre a ditadura? Uma análise da legislação e das iniciativas governamentais. *Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, vol. 11, n. 21, p. 199-234, jul. 2012.

²³ O trabalho de Chirio (2008) é interessante por mostrar como, no exílio francês, para onde seguiram muitos guerrilheiros, o controle policial a que estavam submetidos os brasileiros não era exclusivo dos que haviam participado da luta armada.

²⁴ Basta consultar as fichas biográficas dos atingidos pela repressão reproduzidas no livro *Direito à memória e à verdade* (BRASIL, 2007), publicado pelo governo brasileiro, para concluir que quase todos os desaparecidos políticos estavam ligados a alguma sigla da esquerda armada.

- ATÁSSIO, A. P. *A batalha pela memória: os militares e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.
- ATENCIO, R. J. A prime time to remember: memory merchandising in Globo's Anos Rebeldes. In: BILBIJA, Ksenija; PAYNE, Leigh A. (Eds.) *Accounting for violence: marketing memory in Latin America*. Durham: Duke University Press, 2011, p. 41-68
- AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ARAÚJO, M. P. N. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 323-353.
- BÉDARIDA, François. Temps présent et présence de l'histoire. In: Institut d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris: Éditions du CNRS, 1993.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos políticos. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- CARONE, Edgar. *O PCB – 1943 a 1964*, vol. 2. São Paulo: DIFEL, 1982.
- CHIRIO, Maud. Formes et dynamiques des mobilisations politiques des exilés brésiliens en France (1968-1979). *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, vols. 48-49, p. 75-89, 2006.
- CHIRIO, Maud. Les exilés brésiliens et la police française: un exemple de contrôle politique dans un pays d'accueil. In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. (Org.) *L'exil brésilien en France – histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008, p. 145-160.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon (Org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo;

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 15-28.
- FERNANDES, Florestan. O pensamento político de Carlos Marighella: a última fase. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 220.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. O autoritarismo, a guerrilha urbana e a violência. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 126-141, 1996.
- FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LAVABRE, Marie-Claire. Usages do passé, usages de la mémoire. *Revue Française de Science Politique*, Paris, année 44, n. 3, p. 480-493, 1994.
- MEZAROBBA, Glenda. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MEZAROBBA, Glenda. De que se fala, quando se diz “Justiça de Transição”? *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 67, p. 111-122, 2009.
- MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 1, n. 2, p. 135-158, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Org.) *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*, 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- RIDENTI, Marcelo. As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. *Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth*, Campinas, vol. 8, n. 14-15, p. 259-295, 2001.
- RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.) *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*, vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 213-282.
- RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 53-65.
- ROLLEMBERG, Denise. A idéia de revolução: a luta armada ao fim do exílio. In: ROLLEMBERG, Denise (Org.) *Que História é essa?: novos temas e novos problemas em História*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.) *O Brasil republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 43-91.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.) *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*, vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SANTOS, Cecília M MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.) *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, 2 vols. São Paulo: Hucitec, 2009.
- SANTOS, W. G. *Quem dará o golpe no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- SEIXAS, Ivan Akselrud de; Maurice POLITI. A resistência armada na luta contra a opressão. In: SILVA, Haïke R. Kléber da (Org.) *A luta pela Anistia*. São Paulo: Imprensa Oficial/Aquivo Público do Estado de São Paulo/Editora da UNESP, 2009, p. 31-47.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arenova, 1975.
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002.
- VILLA, Marco Antonio. *Jango, um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.
- VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira (1964-1985): a democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: LeYa, 2014.